

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO
NO ÂMBITO EMPRESARIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Haroldo Lorenci Haimboeck

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO NO
ÂMBITO EMPRESARIAL**

por:

Haroldo Lorenci Haimboeck

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Prof. Joaquim Luiz Rodrigues Dorneles

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO NO ÂMBITO
EMPRESARIAL**

elaborado por
Haroldo Lorenci Haimboeck

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Joaquim Luiz Rodrigues Dorneles - UFSM
(Presidente/Orientador)

Prof. Fernando do Nascimento Lock

Prof.^a Luci Ines Schumacher

Santa Maria, 17 de julho de 2008.

RESUMO

Trabalho de Conclusão
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria
**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO NO ÂMBITO
EMPRESARIAL**

AUTOR: HAROLDO LORENCI HAIMBOECK

ORIENTADOR: JOAQUIM LUIZ RODRIGUES DORNELES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de julho de 2008.

Na atualidade, os avanços tecnológicos na área contábil vêm sendo marcados pelo ritmo acelerado e pelas variedades de inovações que estão sendo introduzidas no mercado. O Brasil vive um momento relevante para o profissional da contabilidade e especialmente para as empresas que prestam serviços contábeis, pois tem hoje uma importância marcante e meios para fornecer informações mais precisas evidenciando em seus efeitos a posição financeira e patrimonial das entidades. Através da implantação de uma nova sistemática de apuração das informações contábeis, a relação entre o Fisco e as empresas torna-se mais transparente, gerando mudanças frente ao planejamento tributário e aos processos operacionais das empresas. Dessa forma o principal objetivo deste trabalho é demonstrar a influência destas inovações na área da contabilidade e como os profissionais vêm se adaptando a essa evolução dos serviços. A contabilidade como centro de gestão da informação, exige uma visão sistêmica do profissional, como também uma maior compreensão da estrutura organizacional, nesse sentido o estudo considera as novas habilidades exigidas dos profissionais de contabilidade no processo de implantação de técnicas modernas de gerenciamento da informação.

Palavras-chave: escrituração digital, SPED, serviços contábeis.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SPED:	Sistema Público de Escrituração Digital
SRF:	Secretaria da Receita Federal
ENAT:	Encontro Nacional dos Administradores Tributários
ICP-Brasil:	Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
MP:	Medida Provisória
EFD:	Escrituração Fiscal Digital
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
NF-e:	Nota Fiscal Eletrônica
DANFE:	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
GED:	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
FASB:	Financial Accounting Standards Board
SEC:	Securities and Exchange Commission
ERP:	Enterprise Resource Planning
CQTF:	Certidão de Quitação de Tributos Federais
PVA:	Programa Validador e Assinador
PIS:	Programa de Integração Social
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
SINTEGRA:	Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Delimitação do tema.....	6
1.2 Problemática.....	6
1.3 Objetivo.....	7
1.4 Justificativa.....	7
1.5 Estrutura do trabalho.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1 O processo de evolução da contabilidade.....	9
2.2 Sistemas de informações contábeis.....	11
2.3 Sistema público de escrituração digital.....	13
2.4 A evolução das empresas na era digital.....	17
3 METODOLOGIA.....	22
4 DESENVOLVIMENTO.....	24
4.1 O funcionamento do SPED nas empresas.....	24
4.1.1 SPED contábil.....	24
4.1.2 SPED fiscal.....	26
4.1.3 Nota fiscal eletrônica.....	28
4.1.3.1 Habilitação do contribuinte como emissor de NF-e.....	29
4.1.3.2 Emissão e transmissão da NF-e.....	29
4.1.3.3 Consulta da NF-e.....	30
4.1.3.4 Envio da NF-e à Receita Federal e à Secretaria de Fazenda do destino.....	31
4.1.3.5 Confirmação de recebimento da NF-e pelo destinatário.....	32
4.2 O SPED e o impacto na área de serviços contábeis.....	32
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	41
ANEXO A - PVA Visualização do Livro Diário Geral.....	42
ANEXO B - PVA Visualização do Livro Razão.....	43
ANEXO C - DANFE.....	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema

Análise das mudanças ocorridas na forma de apuração e disponibilização das informações contábeis e fiscais através da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e a sua relação com o mercado e os contribuintes.

1.2 Problemática

Atualmente a grande preocupação dos contribuintes e da administração tributária vem sendo a de agilizar seus processos e aumentar a confiabilidade das informações contábeis.

As empresas no Brasil enfrentam grande dificuldade no cumprimento de obrigações acessórias, assim como tem alto custo de impressão, manipulação e armazenamento de livros da escrituração comercial.

O Fisco enfrenta dificuldades no controle sobre o faturamento das empresas e como consequência tem informações declaratórias não confiáveis e incompatibilidade de dados econômico-fiscais.

A autonomia tributária tem gerado, tradicionalmente, multiplicidade de rotinas de trabalho e baixo grau de troca de informações. Para os contribuintes o Estado mostra-se multifacetado, ineficiente e moroso. Para o governo, o controle apresenta-se difícil porque falta visão integrada das ações dos contribuintes.

As administrações tributárias e os contribuintes enfrentam o grande desafio de adaptarem-se aos processos de globalização e de digitalização do comércio e das transações.

Essa adaptação traz consequências, como a mudança no planejamento tributário dos contribuintes, visto que irá modificar a sistemática de tributação convencional através da geração de informações em guias, notas e formulários, e também a forma como as informações são geradas, armazenadas e disponibilizadas pela contabilidade.

Com o SPED os contribuintes necessitarão apresentar uma resposta rápida às imposições do Estado, através de investimentos em informática e na revisão e reestruturação dos controles internos.

É fundamental a atenção dos profissionais de contabilidade aos impactos operacionais provocados por esta nova metodologia no âmbito das empresas.

1.3 Objetivo

O objetivo geral do presente estudo é demonstrar a influência das inovações que surgem com a implantação do SPED nas empresas, e como os profissionais da contabilidade vem se adaptando a essa mudança na forma de apuração e disponibilização das informações contábeis.

1.4 Justificativa

O tema de estudo justifica-se pela necessidade de redução da burocracia do comércio e dos entraves administrativos enfrentados pelos empresários do País, exigindo a modernização das administrações tributárias nas três esferas de governo.

No Brasil temos mais de 170 obrigações acessórias que variam conforme o ramo de atividade da empresa, tributo que ela recolhe ou unidade da federação que ela opera. Todo contribuinte tem como obrigação principal pagar o tributo devido. As obrigações acessórias são atos que os contribuintes devem executar para facilitar a administração tributária, como por exemplo: entrega de declarações, manutenção de cadastros, entrega de arquivos eletrônicos com dados de movimentação e apuração fiscal, entre outras. Além disto, mais de 100 tipos de documentos fiscais servem para documentar a realização de uma operação comercial.

A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo com mais de 76 tributos que incidem sobre renda, produção, consumo e patrimônio.

Os contribuintes utilizam recursos humanos e materiais vultosos para o registro da contabilidade, armazenamento, auditoria interna, e prestação de informações as diferentes esferas de governo.

Contudo, a integração e compartilhamento de informações têm como objetivo racionalizar e modernizar a administração tributária, reduzindo os custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações e o pagamento de impostos e contribuições. As empresas poderão ter uma estrutura administrativa muito mais eficiente, eliminando boa parte da papelada burocrática dos setores de compras, vendas, recebimento e despacho de mercadorias, além de terem toda sua cadeia produtiva integrada, de fornecedores a distribuidores e consumidores.

Poderão ser evitados procedimentos em que o contribuinte tem de providenciar uma série de informações por meio de guias, notas e formulários, gastando energia, tempo e dinheiro na manutenção desses registros.

Com a unificação das atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos da escrituração comercial e fiscal das pessoas jurídicas, o custo público e privado do cumprimento de obrigações tributárias deverá ser reduzido, criando oportunidades para as empresas realizarem investimentos em outros setores.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho foi estruturado para ser apresentado em cinco capítulos, iniciando-se com esta introdução. No capítulo 2, é desenvolvido todo o embasamento teórico a fim de situar o leitor sobre o assunto em estudo. São tratadas questões sobre a evolução da contabilidade, sistemas de informações contábeis, sistema público de escrituração digital, e evolução das empresas na era digital.

No capítulo 3, é evidenciada a metodologia de pesquisa, com conceitos de método, técnicas e classificação, e os tipos de pesquisa utilizados neste trabalho.

No capítulo 4, são apresentadas as principais informações, no qual se baseou o estudo, assim como a análise e interpretação dessas informações.

E por fim o capítulo 5, o qual foi dedicado à conclusão do trabalho, onde fica evidenciada a importância e contribuição do tema abordado.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O processo de evolução da contabilidade

Segundo Crepaldi (2004), a Contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, onde existem registros de que as civilizações antigas já possuíam um esboço das técnicas contábeis. Como obra, a Contabilidade começou a ser divulgada através do Frei Luca Pacioli, publicada em Veneza, em 1494, intitulada *Suma de aritmética, geometria, proportioni et proportionalitá*, onde menciona um método que os mercadores de Veneza utilizavam para controlar seus negócios, mais adiante denominado método das partidas dobradas ou método de Veneza.

A Contabilidade e suas práticas existem na sociedade desde tempos remotos, e seus processos de registros foram evoluindo para acompanhar o próprio desenvolvimento social. Segundo Sá:

Antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição que foi a artística, da qual se valeu para também evidenciar seus feitos e o que havia conquistado para seu uso (SÁ, 1999, p.17).

No entendimento de Schmidt (1996), o desenvolvimento das civilizações, impulsionado pela economia de produção e o surgimento da escrita também foram fatores de influência para o desenvolvimento dos registros contábeis. A Contabilidade primitiva, era utilizada como ferramenta de controle e o registro dos bens, tanto a nível de relações comerciais como de apoio as atividades do Estado, que necessitava de mecanismos de controle para fins de arrecadação e meio de controlar suas riquezas, cujas relações foram se intensificando cada vez mais com o próprio progresso das civilizações.

Conforme Riccio (1989), nas origens da contabilidade, desde o início, esta teve posição de destaque entre todos os recursos a disposição do empresário para a gestão de seus direitos e obrigações. Nessa fase, considerada como inicial da contabilidade, o problema era controlar os bens e direitos do proprietário, que eram ameaçados por ações desonestas dos empregados e também do governo, que lograva conseguir o aumento da arrecadação de impostos. O empresário buscava então um meio seguro de executar esse controle, que ficou evidente com o advento de Pacioli. A contabilidade era uma fonte de informação organizada e de onde se retiravam conclusões fundamentais a gestão dos negócios.

Dentre os meios e recursos disponíveis de evidenciação dos fatos, percebe-se que os registros e controles nem sempre assumiram a mesma característica ou eram determinados da

mesma forma, mais tão somente a lógica contábil inserida em suas ações, caracterizam-se como a mesma.

Riccio (1989) comenta ainda que ao comparar a posição da contabilidade nessa época com a de hoje, nota-se que o ambiente do sistema foi se modificando para limites cada vez mais amplos em relação ao centro da contabilidade, devido ao crescimento da sua importância, e também pelo desenvolvimento ocorrido nas demais funções da empresa.

Schmidt (1996) diz ainda que conforme as sociedades foram evoluindo, o comércio entre elas foi se intensificando, e passou a existir a necessidade de, não só o Estado, mas também o comerciante compreender e controlar tudo o que estava fazendo. Observa-se que as condições econômicas, sociais e políticas de cada sociedade, foram fatores de influência na evolução dos procedimentos contábeis.

Conforme Crepaldi (2004), com a evolução social, o surge o método de partidas dobradas, compilado por Pacioli em 1494, em que o registro contábil assume uma preponderante característica; segundo a qual, para cada crédito haveria um débito correspondente e vice-versa. O método assinala um fator primordial, para o entendimento dos lançamentos contábeis, num momento em que não havia números negativos e nem o zero.

Segundo Schmidt (1996, p.36), o desenvolvimento do sistema de partidas dobradas deve-se a:

1º - desenvolvimento econômico na área abrangida entre as cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um nível comercial bem mais sofisticados que o conhecido até então, dando origem a uma demanda de sistemas contábeis sofisticados;

2º - a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente no norte da Itália.

O mesmo autor explica ainda que com a difusão do método das partidas dobradas, as bases do conhecimento contábil fortalecem as fronteiras científicas. Na medida em que as relações sociais, econômicas e políticas da sociedade foram se intensificando a contabilidade também evoluiu, na busca pela interpretação dos fatos e transações realizadas. Percebe-se que com a evolução das sociedades, os registros contábeis vão assumindo características decisivas nas relações humanas, o que antes era apenas um registro de posse particular, toma forma dentro da civilização tanto como mecanismo de controle econômico-financeiro, como de suporte para o Estado, consolidando-se dentro das necessidades da própria sociedade.

Na análise dos primeiros registros, que descreviam uma só operação, as relações comerciais começavam a se intensificar, passando a registrar mais de uma operação, surgindo mecanismos de controle que procuravam aprimorar cada vez mais modos de relatar e

interpretar, até enfim chegar na evolução da escrita, modernizando-se com o progresso tecnológico e, finalmente chegando na chamada era da informação, com a introdução de computadores, dos sistemas de informação, da internet e das redes de comunicação.

2.2 Sistemas de informações contábeis

Padoveze (2004), diz que sistema de informação contábil são os meios que o contador utilizará para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que seja utilizada em toda a sua plenitude, pois além de ser um sistema de informação, a contabilidade, como um sistema aberto, está inserida dentro do ambiente do sistema empresa.

Nash (1984 apud RICCIO, 1989, p.2), cita que “o sistema de informação contábil é um veículo formal para o processamento operacional de dados contábeis e para as atividades de suporte à decisão”. Esse autor afirma ainda que houve uma expansão para diversas áreas, com informações específicas para os propósitos de suporte à tomada de decisões e avaliação de *performance*, saindo do foco exclusivo sobre dados financeiros para incorporar dados estatísticos expressos em termos não monetários. A função da contabilidade penetra na área de suporte à tomada das decisões, abrangendo a análise e a previsão de dados de uma grande variedade de fontes e ainda fazendo uso de técnicas de modelagem avançadas.

Iudícibus (1980 apud RICCIO, 1989, p.2) comenta que o objetivo do sistema de informação contábil se baseia na construção de um arquivo básico, com ênfases diferentes neste ou naquele tipo de informação, neste ou naquele princípio de avaliação, porém extraídos todos os informes do arquivo básico ou data-base estabelecido pela contabilidade, permanecendo o objetivo da contabilidade inalterado através dos tempos, que é prover informação útil para a tomada de decisões.

Firmin (1966 apud RICCIO, 1989, p.2) cita que “os sistemas de informação contábil têm por muito funcionado como subsistema maior do sistema total de informação de muitas empresas”.

Constitui-se, portanto na estrutura fundamental para o sistema de informação total da empresa, todavia quando isto não acontece o potencial do sistema de informação contábil da empresa não está sendo aproveitado.

Os autores consideram que grande parte de um sistema de informação gerencial é o próprio sistema de informação contábil, mas a grande diferença entre ambos é que este desenvolve funções de acúmulo, classificação, processamento, análise e comunicação de informações financeiras relevantes, e aquele desenvolve todas essas funções para todos os

tipos de informações (financeiras e não financeiras), que se relacionam com as atividades operacionais da empresa.

Wilkinson (1982 apud RICCIO, 1989, p.3), afirma que “as operações das empresas e os sistemas de informação passam a estar cada vez mais integrados com o auxílio dos computadores, modelos de decisão requerem cada vez mais a fusão de dados financeiros e não financeiros”. O autor defende que o sistema de informação contábil deve ser expandido, incluindo nele novos tipos de transações e valores além da entrada e saída de informações não-financeiras.

Analisando as afirmações dos vários autores pode-se resumir que os principais objetivos de um sistema de informação contábil são de prover informações aos vários níveis da empresa e aos seus usuários internos, e também que é fazer parte do sistema de informação gerencial da organização.

Nesse sentido os sistemas de informações gerenciais devem basear-se em informações geradas pela contabilidade, por serem mais adequadas do que as informações geradas por departamentos isolados, os quais podem cometer erros na digitação de dados e levar a empresa a tomar decisões inadequadas.

Segundo Silva (2006), o aumento da competitividade das empresas, nos dias atuais, exige maior rapidez no processo decisório, baseando-se em informações corretas e fidedignas, gerando um grande desafio para o profissional de contabilidade, que é o gerenciamento do acervo de informações, a fim de suprir as necessidades dos tomadores de decisão.

Assim os sistemas contábeis são muito utilizados pelos profissionais contábeis, por possuírem flexibilidade e capacidade de armazenamento de dados e informações, o que permite o controle de várias unidades administrativas, centros de custos e empresas ao mesmo tempo.

Os sistemas contábeis existentes no mercado, segundo Oliveira (1997, p.34) são:

- sistema de contabilidade comercial: são geralmente desenvolvidos para pequenas empresas comerciais, pouco versáteis, não possibilitam o bom acompanhamento das transações realizadas limitando-se às operações simples;
- sistema de contabilidade fiscal: são desenvolvidos com o fim de fazer a escrita fiscal das empresas, escriturando livros, emitindo guias de recolhimento dos impostos e contribuições. Dependendo do porte da empresa, podem ser muito úteis, porque além de produzir os relatórios que são utilizados pela contabilidade, produzem informações fiscais em nível estadual, municipal e federal;
- sistema de contabilidade de custos: são muito utilizados nas indústrias, onde a complexidade de custos é maior. Contém programas que geram demonstrativos de custos por produtos, canalizam informações para a contabilidade gerencial e alimentam relatórios de controle de produção e consumo;
- sistemas de contabilidade gerencial: é mais completo, apresenta muitas opções de relatórios e é direcionado a médias e grandes empresas ou escritórios de

contabilidade, exigem bom conhecimento do usuário, e possuem um leque de atividades, tais como: possibilitar o cadastro de eventos e históricos padronizados, apresentam o balanço patrimonial com termo de abertura e encerramento, geram balancetes em diferentes níveis, permitem a elaboração de gráficos, possibilitam a consulta *on-line* a qualquer informação, têm capacidade de processar informações para várias filiais, podem processar contabilidade atrasada em até cinco anos;

- sistema de administração de pessoal ou de recursos humanos: é um sistema com programas que geram a folha de pagamento, a consignatários, com aluguéis, pensões alimentícias, contribuições;
- sistema de controle de estoque: sistema que gera o inventário físico e financeiro, relatórios de entradas e saídas, por fornecedor, região, setor, departamento ou área, controla as vendas por vendedor;
- sistema de faturamento: emitem faturas de venda ou prestação de serviços, além de preparar e gerar relatórios do faturamento mensal por item ou produto, por filial ou região;
- sistema de contas a pagar: contém programas que geram relatórios de controle geral das obrigações da empresa. Os bons programas permitem até a implantação de um calendário de feriados para facilitar o acompanhamento de pagamentos, que no caso dos impostos e contribuições, precisam ser antecipados quando caírem em um dia não útil para o sistema bancário;
- sistema de contas a receber: geram relatórios de contas a receber da empresa que devem ser separados por natureza, por cliente, filial ou região. Os aplicativos, ainda proporcionam informações de créditos a receber por data de vencimento, indicando os dias de atraso e eventuais cobranças de juros e multas, enviando essas informações para a tesouraria e a contabilidade;
- sistema de controle do imobilizado: alimentam informações relativas á movimentação dos bens integrantes do ativo imobilizado da empresa, gerando relatórios de adições, baixas, transferências, depreciação e correção, se houver;
- sistema de gerência ou gestão financeira: é um sistema que geralmente centraliza informações da contabilidade, faturamento, contas a pagar e a receber, tesouraria, sendo que essas atividades são desenvolvidas em cada área específica, e gerenciadas pela administração financeira ou controladoria, dependendo da estrutura adotada na empresa.

Esses sistemas se constituem na parte básica de disseminação dos procedimentos contábeis dentro das organizações. As mudanças ocorridas nas organizações, aumentando a complexidade das atividades, aliada ás novas exigências do mercado e a competitividade, passaram a exigir das empresas maior quantidade de informações para controlar seu processo produtivo e tomar decisões a nível estratégico e operacional. O grande desafio da contabilidade é consubstanciar-se e manter-se dentro de um determinado padrão no momento em que diversos fatores influem em tempo real para a análise efetiva do patrimônio.

2.3 Sistema público de escrituração digital

O Sistema Público de Escrituração Digital é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (Decreto nº 6.022, 2007).

De acordo com a Secretaria da Receita Federal, o SPED é composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal eletrônica.

O funcionamento desse sistema vem sendo estudado desde 2004, após a publicação da Emenda Constitucional n° 42, de 2003, que determina às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a atuar de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de informações fiscais dos contribuintes. A integração e cooperação entre administrações tributárias têm sido temas muito debatidos em países federativos, especialmente naqueles que, como o Brasil, possuem forte grau de descentralização fiscal (SRF, 2006).

Conforme o protocolo de cooperação do Encontro Nacional dos Administradores Tributários - ENAT n° 02/2005, no desenvolvimento do SPED serão observados os seguintes pressupostos:

- a) bases de dados compartilhadas entre as Administrações Tributárias;
- b) reciprocidade na aceitação da legislação de cada ente signatário, relativa aos livros contábeis e fiscais;
- c) validade jurídica dos livros contábeis e fiscais em meio digital, dispensando a emissão e guarda de documentos e livros em papel;
- d) eliminação da redundância de informações através da padronização e racionalização das obrigações acessórias;
- e) preservação do sigilo fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional.

O SPED preconiza a oficialização das escriturações fiscal e contábil através da transposição do que é gerado, dia a dia, nos sistemas empresariais para um arquivo digital que tem formato técnico específico e apropriado, para que ocorra a transmissão eletrônica dos dados das empresas para os órgãos de registro e, posteriormente, para os fiscos das diversas esferas (Decreto n° 6.022, 2007).

O sistema consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica na sua forma digital. O contribuinte até então obrigado a registrar as operações contábeis em livros de papel, passará a emitir a escrituração, como o livro Diário e o livro Razão, em arquivos magnéticos, que serão transmitidos ao SPED (SRF, 2007).

A validade jurídica desses documentos é assegurada pela Medida Provisória n° 2.200-2/2001, a qual institui Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das

aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais (MP n° 2.200-2, 2001).

O arquivo deverá ser assinado digitalmente pelo empresário e pelo contabilista responsável pela escrituração. Depois de assinado, o arquivo será encaminhado para a base de dados do SPED que disponibilizará para as Juntas Comerciais as informações necessárias à autenticação, a Junta fará validações e depois fornecerá a autenticação digital do livro entregue (SRF, 2007).

As informações fiscais federais e estaduais servirão de base para o SPED-Fiscal, que conterá a Escrituração Fiscal Digital (EFD), e incorporará os Livros de Entradas, Saídas, Inventário, Apuração do IPI e apuração do ICMS.

A Escrituração Fiscal Digital – EFD, se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (Convênio ICMS 143, 2006).

A escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- 1) registro de entradas;
- 2) registro de saídas;
- 3) registro de inventário;
- 4) registro de apuração do IPI;
- 5) registro de apuração do ICMS.

O SPED pode ser entendido como um programa que será disponibilizado pela SRF para todas as empresas, para que essas mantenham e enviem a este órgão, informações de natureza fiscal e contábil, a partir da escrituração digital, além dos Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis.

Com relação ao projeto da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, este substituí a Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, usada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador (Ajuste Sinief 07, 2005).

Silva (2006) comenta que o novo modelo de geração de notas fiscais pressupõe uma validação prévia de todos os documentos gerados pelas empresas, exigindo para um correto funcionamento do sistema, uma estruturação adequada pelos órgãos de fiscalização.

No desenvolvimento da NF-e, serão observados os seguintes pressupostos:

- 1) substituição das notas fiscais em papel por documento eletrônico;
- 2) validade jurídica dos documentos digitais;
- 3) padronização nacional da NF-e;
- 4) mínima interferência no ambiente operacional do contribuinte;
- 5) compartilhamento da NF-e entre as administrações tributárias;
- 6) preservação do sigilo fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional.

A Nota Fiscal Eletrônica representa mudanças nas operações realizadas entre as empresas, ao se deixar uma realidade baseada no documento em papel, passando-se para um cenário virtual, baseado no documento apenas digital. Tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco (SRF, 2006).

A NF-e pretende objetivamente controlar de forma precisa o tráfego de documentos fiscais entre as empresas e seus fornecedores e distribuidores, permitindo através do cruzamento de dados, conferir a movimentação das empresas. Para o contribuinte irá facilitar a manutenção do registro tributário e dos livros fiscais estruturados, reduzir os custos, e simplificar as obrigações acessórias.

O acesso às informações armazenadas no SPED deverá ser compartilhado com os órgãos da administração tributária, e também será possível aos empresários e às sociedades empresárias em relação às informações por eles transmitidas ao SPED (Decreto nº 6.022, 2007).

Maida e Maida (2007) comentam que a implantação do sistema trará facilidades e redução de custos de armazenagem de documentos, assim como minimização de preenchimento de formulários de obrigações acessórias pelos usuários.

No caso da NF-e o contribuinte deverá adaptar seu sistema de emissão para, após dispor dos dados da operação comercial, extraí-los de seu banco de dados e preencher os campos do arquivo da NF-e. O programa então irá efetuar validações quanto ao correto preenchimento desses campos, procedendo à assinatura digital do arquivo, através do padrão ICP-Brasil. Este

arquivo, já com assinatura digital, deverá ser transmitido, pela internet, para a Secretaria da Fazenda, antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, antes da saída da mercadoria do estabelecimento. Somente após o contribuinte emissor receber uma autorização de uso que poderá haver a saída da mercadoria, e ainda a transmissão da NF-e autorizada, por qualquer meio eletrônico, ao destinatário (SRF, 2006).

Quando o contribuinte não puder transmitir a NF-e por problemas técnicos, deverá emitir o Documento Auxiliar da NF-e - DANFE em duas vias, que permitirá o trânsito provisório das mercadorias. O contribuinte destinatário poderá escriturar os dados contidos no DANFE para escrituração da NF-e, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência nos arquivos das administrações tributárias (SRF, 2006).

Uma das importâncias do sistema para os usuários das informações contábeis é devido à necessidade atual de melhorar os relatórios contábeis, utilizando-se de melhores e mais modernos métodos de geração e armazenamento de informações.

2.4 A evolução das empresas na era digital

Moura et al (2003) comenta que os processos tecnológicos permitem acessar, atualizar e comunicar as informações dos negócios no formato eletrônico, criando vantagens competitivas que envolvem processos para disponibilizar as informações no meio digital.

Conforme Pasa (2001, p. 73) “o cenário de mudanças aceleradas e a competitividade dos mercados exigem combinações de diferentes inovações tecnológicas e, conseqüentemente, grande capacidade de reação das empresas”.

Salienta ainda que a internet, os documentos e dados digitais, o gerenciamento de documentos eletrônicos, são exemplos dessas tecnologias que estão sendo utilizadas pelas empresas como meio de disponibilizar as informações alterando a forma de gerenciar os negócios por elas realizados.

Também com relação a esses meios Moura comenta que:

Esses meios trouxeram maiores oportunidades e mudanças para o surgimento dos negócios eletrônicos (*e-business*) e expansão de sistemas abertos a clientes e fornecedores através de sistemas integrados de contabilidade e gestão, tornando o contador mais perto de seus clientes, mesmo quando estão muito distantes para elaboração e fornecimento de seus planejamentos de negócios e demonstrações contábeis eletrônicas, utilizando-se os bancos de dados pela rede mundial de computadores (MOURA et al. 2003 p.7).

Silva (2006) diz ainda que dentro desse processo de evolução que se discute, começa a tomar forma a figura da escrituração digital, no qual o objetivo é o compartilhamento de todo

o movimento analítico da escrituração contábil e fiscal e das demonstrações financeiras das entidades empresariais.

Este sistema consiste, não apenas na criação de eficientes mecanismos de comunicação e compartilhamento de dados, mas na substituição de documentos físicos (livros fiscais e contábeis) por documentos digitais de igual valor jurídico, e que são garantidos através da certificação digital do contador e do empresário.

O Sistema Público de Escrituração Digital possuirá todas as informações e dados da vida das organizações e os Fiscos poderão cruzar dados, verificando inconsistências em todas as bases de dados da Nota Fiscal Eletrônica, do SPED Fiscal e SPED Contábil.

Conforme a SRF (2006), a legislação tributária federal exige que, além do Livro Diário, o contribuinte escreva o Livro Razão. Obriga, também, as pessoas jurídicas não optantes pelo SIMPLES a apresentarem os arquivos eletrônicos que representem a contabilidade.

A legislação previdenciária federal também exige a apresentação de arquivos que representem a contabilidade, mas em formato diferente do previsto na legislação fiscal.

Portanto são várias formas de representar a mesma realidade, por isso verifica-se no cenário atual a necessidade de mudança no suporte material dos documentos, assim a fixação da informação poderá ser em discos ópticos, ou seja, no meio digital. Esta alteração do suporte material do papel para o meio eletrônico oferece rapidez e agilidade no trânsito de informações, reduzindo os espaços e os custos na sua conservação (Pasa, 2001).

Os recursos de comunicação e tecnologia apresentam possibilidades interessantes para as empresas realizarem negócios e melhorarem sua lucratividade.

Um exemplo desse tipo de recurso é o GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos), o qual se volta para a conversão de informações em formato eletrônico, descartando a manipulação de papéis e arquivos físicos, tornando o acesso através de sistema informatizado. Segundo a revista Fenacon em serviços (1999, p.13) as principais vantagens em utilizar o GED são:

- recuperação veloz: qualquer documento de um arquivo com dezenas de milhares de páginas pode ser localizado em questão de segundos;
- espaço físico: pode-se armazenar em média 13.600 páginas de papel em apenas um CD. Pode-se deslocar todo o arquivo de matrículas, livros, fichas, ou qualquer outro documento em apenas alguns poucos CDs, nem que seja apenas como cópia de segurança. A lei prevê que muitos documentos, uma vez digitalizados, podem ser eliminados;
- compartilhamento: em um ambiente de rede, todos os usuários podem ter acesso instantâneo a qualquer documento simultaneamente;
- indexação: o GED utiliza o computador como gerenciador eletrônico do sistema e pode definir referências cruzadas para os documentos. O usuário pode, por exemplo, localizar um documento por número de protocolo, número de matrícula, nome, data, etc.

- boa qualidade de imagem: sistemas de GED permitem que a imagem de um documento seja tratada e armazenada, em alguns casos, com uma legibilidade melhor do que o original. Recursos como rotação, lupa, ampliação, redução, e outros são disponibilizados para visualização no monitor. Impressoras de qualidade gráfica, como laser e jato de tinta, produzem cópias em papel como uma ótima fotocopadora;
- preservação do original: reduz o manuseio do documento original, o que evita o seu desgaste e problemas de arquivamento inadequado. Imagine o trabalho para se encontrar uma ficha arquivada fora da ordem numérica ou alfabética, ou em uma pasta errada. Esse risco não existe com o GED;
- segurança no acesso: controle de acesso dos usuários através de senhas, limitando as funções de visualização, impressão, exclusão. Apenas as pessoas autorizadas tem acesso aos documentos.

A digitalização das informações em uma empresa de contabilidade passa a ter importância, na busca de soluções para problemas de perdas informações em formato original, assim como controlar o acesso aos documentos e torná-los acessíveis à longa distância.

Silva (2006) comenta que no processo de evolução das empresas, nota-se que em um passado não muito distante os departamentos de contabilidade não contavam com sistemas de informações integrados às suas áreas produtivas. Assim essas empresas tiveram que repensar a forma como estão estruturados seus controles internos, pois o Fisco passou a ter uma grande quantidade de dados eletrônicos, possibilitando uma maior fiscalização. É importante que o profissional de contabilidade esteja preparado para os impactos operacionais provocados por essa nova sistemática no âmbito das empresas.

O mesmo autor diz ainda que o Sistema Público de Escrituração Digital representa mudanças na relação entre o fisco e os contribuintes e exigirá dos profissionais de contabilidade e da administração das empresas uma postura diferente no tocante às informações contábeis.

Nesse sentido, os escritórios contábeis bem como as repartições públicas, e o próprio contabilista irão conviver com essa nova realidade.

É fundamental avaliar de forma precisa as necessidades da empresa com relação a *hardware* e *software*, de maneira a tornar o processo operacional mais seguro. Nesse sentido Pasa comenta que:

O controle e a segurança da informação estão relacionados com os softwares, processos, procedimentos e hardware utilizados para que as informações possam ser avaliadas somente por pessoas autorizadas a acessá-las. A autenticação, o não-repúdio e o certificado digital são alguns conceitos utilizados que permitem às empresas controlar e assegurar as informações no meio digital (PASA, 2001, p. 73).

Catelli e Santos (2001) afirmam que os recursos tecnológicos crescentes da internet e as mudanças de hábitos que eles provocam nas empresas e na sociedade oferecem à

contabilidade as novas oportunidades da velocidade e interatividade, possibilitando um grau de flexibilidade e precisão da informação, em tempo real, até a poucos anos impensável para o sistema de informações. Os avanços tecnológicos na área contábil vêm sendo marcados pelo ritmo acelerado e pelas variedades de inovações introduzidas no mercado.

Na prestação de serviços contábeis, os impactos dos avanços tecnológicos se dão basicamente por duas vias:

A primeira refere-se aos avanços tecnológicos ocorridos no contexto externo ao setor contábil, no ambiente macro dos negócios, notadamente os ocorridos nas empresas que são, ou que poderão vir a ser, usuárias dos serviços contábeis. A segunda refere-se àqueles ocorridos internamente no setor, relativos às tecnologias que produzem alterações nos processos e ferramentas para a execução das atividades necessárias ao processamento dos fatos contábeis e à geração das informações (DEITOS, 2003, p.22 apud MOURA et al. 2003, p.5).

Assim Pasa (2001, p.73) também comenta que “os relatórios financeiros eletrônicos envolvem processos e tecnologias que permitem disponibilizar as informações no formato digital”. O mesmo autor diz que o FASB (*Financial Accounting Standards Board*) reconhece a importância da tecnologia no futuro dos relatórios financeiros, pois o mesmo instituiu um projeto para pesquisar a distribuição eletrônica dos relatórios de informações das empresas, o qual avaliou a distribuição dos mesmos utilizando a internet. Assim como a SEC (*Securities and Exchange Commission*) também dá a mesma importância à divulgação das informações financeiras por meio de documentos eletrônicos. Contudo há uma preocupação sobre o impacto que a tecnologia de informação gera sobre a contabilidade e sobre a disponibilização das informações das empresas na forma digital pela contabilidade.

Neste sentido Catelli e Santos (2001, p.27) afirmam que “para os integrantes de uma empresa, o acesso a esse grande sistema faz com que se acelerem e se intensifiquem as intercomunicações, em tempo real”.

Os mesmos autores expressam ainda que essas características das empresas como sistemas interativos são certamente intensificadas pelo uso da internet dentro e fora da empresa, e se expressam particularmente nos empreendimentos da nova economia. Nesse sentido, as empresas da nova economia ensejam um modelo de gestão por áreas ou centros de responsabilidade, as quais, na gestão econômica, podem ser vistas como pequenas empresas dentro da organização, com missão e objetivos próprios em consonância com os interesses globais da empresa.

Apesar dos seguidos avanços tecnológicos, a figura do contador ainda é indispensável, pois tem hoje uma importância marcante para fornecer informações mais precisas

evidenciando a posição financeira e patrimonial das entidades. Ele é também importante para o processo decisório. A respeito da importância do contador frente à evolução na tecnologia da informação Moura cita que:

O computador e a tecnologia da informação que surgiram com ele não têm tido praticamente nenhum impacto na decisão de construir ou não um novo prédio de escritórios, uma escola, um hospital ou uma prisão. Eles não tiveram nenhum impacto nas escolhas do fabricante de equipamento, ao decidir em que tipo de mercado ele deve entrar e com quais produtos. Ou ainda, na decisão de um grande banco de comprar outro grande banco. Para as tarefas de administração, a tecnologia da informação até agora tem sido uma produtora de dados em lugar de produtora de informação (DRUCKER, 2000, p.2 apud MOURA et al. 2003, p.8).

Moura et al (2003) diz ainda que há de se verificar que a evolução nos processos operacionais e de negócios das empresas é facilitada através das inovações tecnológicas, mas não representa necessariamente mudanças na maneira de administrar o negócio, também nem sempre tendo impacto no faturamento ou na lucratividade da empresa. Assim cabe ao profissional de contabilidade acompanhar as mudanças introduzidas por novos processos e adaptar suas habilidades e competências analisando os controles internos da empresa.

3 METODOLOGIA

Kourganoff (1990 apud NETO, 2002, p. 43) afirma que, “a pesquisa é o conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tenham como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a criação de novas realidades”.

Segundo Gil (2006), para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ele também define “método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Dessa forma, fica claro que ambos partilham da idéia de que a técnica está subordinada, hierarquicamente, ao método, sendo sua auxiliar imprescindível na realização de uma pesquisa científica.

Salomon (2004, p. 152) diz que, “o termo pesquisa é genericamente assumido como trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada de natureza científica”. O mesmo autor comenta que “se a pesquisa científica é atividade metodologicamente empreendida em função de um problema, cuja solução é procurada, a pesquisa científica é aquela cujo problema demanda um tratamento científico”.

O estudo também caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória. Neto (2002, p. 158) cita que “pesquisas exploratórias são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis”.

No entendimento de Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

No presente estudo também será utilizado a pesquisa documental. Segundo Salomon (2004, p. 161) a análise de documentos ou análise de conteúdo “consiste no exame sistemático de informes ou documentos como fontes de dados”.

Conforme Lakatos e Marconi (2001), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não. Ela pode ser feita no momento em que o fato ocorre, ou depois.

Gil (2002) explica que a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes, pois esta usa materiais que ainda não receberam um tratamento, ou ainda não foram analisados, mas que podem ser elaborados novamente. Além de analisar os documentos principais, existem também aqueles que já foram processados, mas

podem receber outras interpretações. O mesmo autor diz ainda (p.37) que na pesquisa documental “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”.

O trabalho tem por objetivo realizar um estudo sobre as mudanças ocorridas na forma de escrituração utilizado pelas empresas e os problemas relacionados com uma nova sistemática, que gera mudanças no processo contábil de geração e disponibilização das informações, utilizando-se para tal vários tipos de documentação dessas empresas, assim como informativos, relatórios, publicações em revistas eletrônicas, periódicos, caracterizando-se como sendo uma pesquisa documental e também exploratória. Para a realização do presente estudo evidencia-se a leitura das várias fontes de informação para entendimento e discussão sobre o assunto. Para isso torna-se necessário a busca da legislação específica sobre o tema que é encontrada nos portais da Receita Federal. Outro meio escolhido para busca de informações são palestras de especialistas, para se observar os diferentes pontos de vista destes, e também artigos em jornais e revistas que demonstram claramente a abordagem do assunto nos dias atuais.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 O funcionamento do SPED nas empresas

Atualmente muitas empresas não utilizam a escrituração em papel em seus controles, mas recorrem aos arquivos eletrônicos que a representam para buscar as informações de que necessitam. Os registros em papel derivam de exigências legais e sua geração, autenticação e armazenamento são tarefas que exigem muita burocracia, e não tem muita utilidade no dia a dia das empresas.

Com base nas informações publicadas pela SRF, pode-se dizer que o SPED se constitui em uma solução para as empresas, que torna válido os arquivos digitais da escrituração fiscal e contábil dos sistemas empresariais, dentro de um formato específico e padronizado, reduzindo o custo de armazenamento de documentos e facilitando o cumprimento de obrigações acessórias.

O SPED se subdivide em três partes - Contábil, Fiscal, e Nota Fiscal Eletrônica - de forma semelhante às empresas que tem vários departamentos ou setores trabalhando de forma especializada. Entretanto, o sistema tem como objetivo integrar essas três partes de forma que seus dados possam ser usados por todos seus usuários, evitando retrabalho de digitação ou duplicidade de dados.

4.1.1 SPED contábil

A Escrituração Contábil Digital (ECD), denominada SPED contábil, tem por objeto a substituição dos livros contábeis Diário e seus auxiliares, Razão e seus auxiliares, e Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos, por documentos de escrituração em versão digital.

A obrigatoriedade de participação no SPED Contábil é definida pela instrução normativa da SRF nº 787, de 19 de novembro de 2007:

- Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real;

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

- Art. 10. A não apresentação da ECD no prazo fixado no art. 5º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração.

A contabilidade relativa à ECD deverá ser submetida a um programa especial, desenvolvido para esta finalidade, denominado Programa Validador e Assinador (PVA), disponibilizado para *download* no site da SRF. A ECD submetida ao PVA deverá ter, como requisitos mínimos, as seguintes funcionalidades, segundo a SRF:

- validação do arquivo digital da escrituração, com a verificação do credenciamento do contribuinte e sua regularidade;
- assinatura digital, mediante sistema de chaves públicas;
- visualização da escrituração;
- transmissão para o SPED;
- consulta à situação da escrituração.

Assim através deste programa será possível visualizar a escrituração contábil digital e também seus livros, como demonstra os Anexos A e B.

O arquivo deverá ser assinado pelo representante da empresa e pelo contador responsável pela escrituração. O programa deverá exigir que os dois apresentem o certificado digital que irá fazer a assinatura digital do arquivo.

Depois de assinado deverá ir para a Junta Comercial a qual fará uma série de validações e autenticará o livro.

Assim que for autenticado, o contribuinte poderá enviar os arquivos contábeis para o SPED utilizando o programa validador que fará chamadas a módulos do Receitanet, que é responsável pela transmissão de informações do contribuinte para a Secretaria da Receita Federal.

A ECD deverá ser transmitida uma vez ao ano ao SPED até o último dia útil do mês de junho do ano-calendário seguinte a que se refira a escrituração. A não apresentação da ECD dentro do prazo estabelecido implicará na notificação do contribuinte, e multa no valor de R\$ 5.000,00.

A ECD somente será considerada válida depois da confirmação de recebimento do arquivo digital que a contém e, uma vez havendo esta exigência, após a autenticação pelos órgãos de registro.

Depois de recebida a ECD, o contribuinte possuirá um recibo, e a mesma irá para um banco de dados que permitirá que outros órgãos façam consultas, e também extrair o arquivo

inteiro, a fim de realizar auditoria. O contribuinte irá ser notificado, a cada vez que a sua escrituração for acessada.

É importante ressaltar que qualquer pessoa que possuir o número do recibo poderá verificar a autenticidade da escrituração contábil.

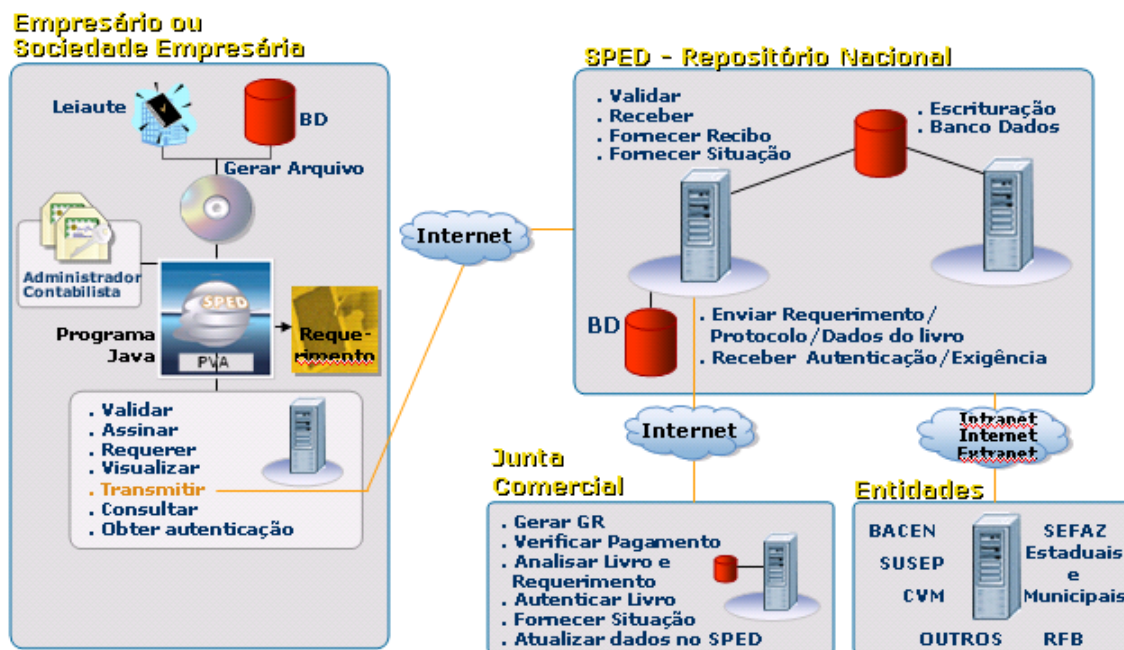


Figura 1- Funcionamento do SPED contábil

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.1.2 SPED fiscal

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) tem por objetivo a substituição de todos os livros fiscais utilizados pelas empresas por arquivos digitais desobrigando as empresas de manter informações em papel. O sistema incorpora as obrigações acessórias que as empresas são atualmente obrigadas pelos fiscos a cumprirem, tais como: livros de escrita fiscal, arquivos do convênio 57/95, guias informativas mensais e anuais, informações do ICMS, DIPJ, obrigações relativas ao IPI, PIS/COFINS, além de outras relativas ao ramo de atividade, como por exemplo, bebidas, cigarros, artigos de perfumaria.

O uso da EFD será obrigatório para todo contribuinte de ICMS e de IPI que, por sua vez, ficará dispensado das obrigações acessórias instituídas pelo Convênio ICMS 57/1995, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.

O contribuinte deverá manter uma EFD distinta para cada um de seus estabelecimentos e o arquivo digital conterá as informações dos períodos de apuração do imposto e será gerado

e mantido dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e SRF, implicando um maior volume de informações a serem disponibilizadas ao Fisco.

O sistema permitirá com muito maior facilidade o cruzamento integrado de dados contábeis e, por este motivo, a intenção foi de se organizar hierarquicamente o arquivo, com a ordem exata determinada pela listagem dos seus registros respectivos, indicando-se, ainda, o documento de arrecadação. Uma vez tornada obrigatória, a exigência extinguirá a CQTF da rotina da empresa, comprovando pela EFD, a quitação dos tributos administrados pela SRF.

O contribuinte está sujeito a escriturar e prestar informações fiscais referentes à totalidade das operações de entradas e de saídas, das aquisições e das prestações, dos lançamentos realizados nos exercícios fiscais de apuração e de outros documentos de informação correlatos, em arquivo digital de acordo com as especificações. Os documentos que serviram de base para extração dessas informações e o arquivo da EFD deverão ser armazenados pelos prazos previstos na legislação do imposto.

O arquivo será obrigatoriamente submetido ao programa disponibilizado, para validação de conteúdo, assinatura digital e transmissão. Também conterà as informações dos períodos de apuração do imposto e será transmitido dentro do prazo estabelecido pela legislação de cada unidade federada e SRF.

O contribuinte poderá efetuar a remessa de arquivo em substituição ao arquivo anteriormente remetido, observando-se a permissão, as regras e prazos estabelecidos pela legislação de cada unidade federada e da Secretaria da Receita Federal.

A substituição de arquivos entregue deverá ser feita na íntegra, não se aceitando arquivos complementares para o mesmo período informado.

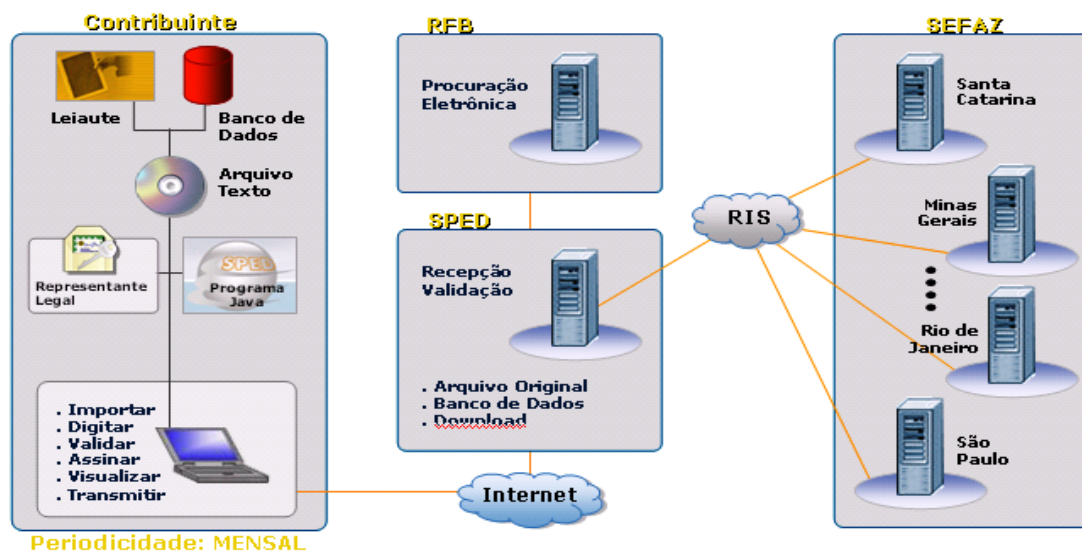


Figura 2- Funcionamento do SPED fiscal

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.1.3 Nota fiscal eletrônica

De maneira simplificada, a empresa emissora da NF-e irá gerar um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será então transmitido, pela internet, para a Secretaria de Fazenda Estadual do contribuinte emitente, que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá uma autorização de uso, sem a qual não poderá haver a circulação da mercadoria.

Após o recebimento da NF-e, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consulta, através internet, para o destinatário e outros interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Este mesmo arquivo da NF-e será ainda transmitido, pela Secretaria de Fazenda Estadual, para a Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas e, no caso de uma operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda Estadual de destino da operação.

A fim de garantir o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica da Nota Fiscal Eletrônica, com o nome de DANFE, como demonstra o Anexo C, em papel comum, em única via, que conterà impressos, a chave de acesso e o código de barras, para facilitar e agilizar a consulta da NF-e na internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e contribuintes destinatários.

Entretanto, o DANFE não representa a nota fiscal, nem a substitui, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao possuidor desse documento confirmar a existência da NF-e, através das Secretarias de Fazenda Estaduais autorizadas ou Receita Federal. Apesar disso, no primeiro momento de implantação, o contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar este documento, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e com autorização de uso no banco de dados das administrações tributárias envolvidas no processo.

A comunicação entre o contribuinte e a Secretaria de Fazenda Estadual será baseada em serviços disponibilizados nos portais das respectivas Secretarias de Fazenda do contribuinte.

A forma de comunicação utilizada será a internet, com o uso de protocolos especiais, que além de garantirem um meio de comunicação seguro na internet, permitem a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha.

O certificado digital utilizado será emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira, tipo A1 ou A3, e conterá o CNPJ da pessoa jurídica titular do certificado digital.

O processo de emissão da Nota Fiscal Eletrônica pode ser visualizado melhor através das seguintes fases:

- habilitação do contribuinte como emissor de NF-e;
- emissão e transmissão da NF-e;
- consulta da NF-e;
- envio da NF-e a Receita Federal e a Secretaria de Fazenda do destino;
- confirmação de recebimento da NF-e pelo destinatário.

4.1.3.1 Habilitação do contribuinte como emissor de NF-e

Nessa fase o contribuinte solicita, junto a Secretaria da Fazenda, o seu cadastramento como emissor de NF-e. Após a solicitação, a SEFAZ realizará a análise do pedido, e conforme cada Estado observará situações referentes ao cadastro e pagamentos realizados pelo contribuinte. Posteriormente o contribuinte deverá iniciar o envio de Notas Fiscais Eletrônicas, em ambiente de testes, para homologação do seu sistema. Só então após essa fase o contribuinte receberá um código de habilitação para emitir NF-e, podendo, a partir deste instante, iniciar a transmissão de suas NF-e para a Secretaria da Fazenda.

4.1.3.2 Emissão e transmissão da NF-e

O contribuinte emissor transmitirá o documento eletrônico para a Secretaria da Receita Federal e SEFAZ de destino, no caso de operações interestaduais, permitindo assim a circulação da mercadoria, devendo para isso adaptar seu sistema de emissão de Nota Fiscal de forma a que, após dispor dos dados da operação comercial, possa extraí-los de seu banco de dados e preencher os campos do arquivo da Nota Fiscal Eletrônica. Após gerar o arquivo da NF-e deverá fazer verificações quanto ao correto preenchimento e também realizar a assinatura digital do mesmo, conforme o padrão estabelecido.

Antes da saída da mercadoria da empresa, o arquivo deverá ser enviado a Secretaria da Fazenda, o qual será organizado em lotes, não desobrigando a assinatura digital de cada NF-e individualmente. Se não houver problemas quanto à validação, o contribuinte receberá uma autorização de uso, só então poderá haver a saída da mercadoria de seu estabelecimento,

podendo ainda ser feita a transmissão da NF-e autorizada, por qualquer meio, inclusive correio eletrônico, ao destinatário.

No caso de ocorrerem problemas na recepção, estes podem ser devidos á interrupção na comunicação, rejeição ou não autorização de uso, não devendo haver a circulação da mercadoria.

No primeiro caso o contribuinte não receberá resposta da SEFAZ, que seria feito através de um protocolo, este problema é devido á falhas técnicas na comunicação de dados, e o contribuinte deverá enviar uma nova NF-e.

No segundo caso, a rejeição pode ser devido a erros no preenchimento, problemas com a assinatura digital do empresário, ou a existência da NF-e no banco de dados da SRF, devendo o contribuinte corrigir o problema e enviá-la novamente.

Na última situação, não houve autorização de uso da NF-e, devido a problemas com a regularidade fiscal do empresário.

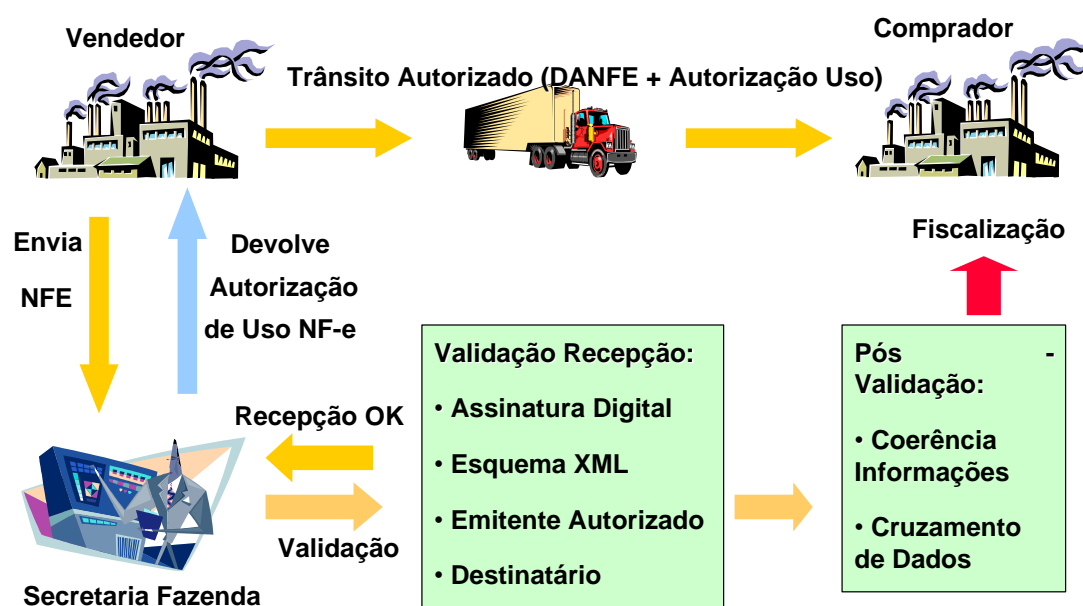


Figura 3 - Emissão e transmissão da NF-e

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.1.3.3 Consulta da NF-e

Através do portal da NF-e, ou do site da Secretaria de Fazenda do emitente poderão ser consultadas informações sobre a existência e a validade de uma NF-e.

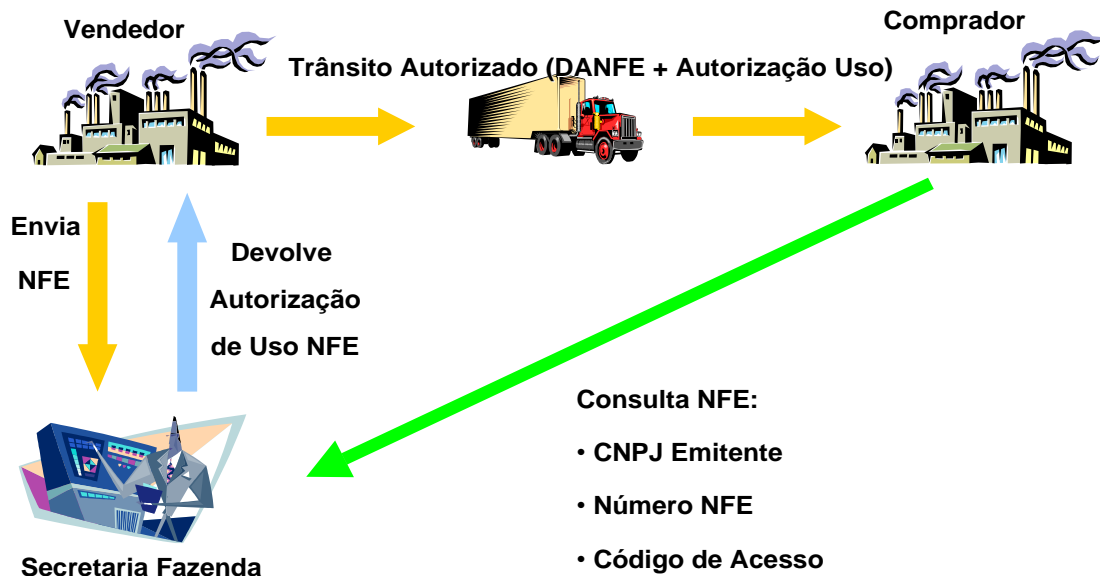


Figura 4 - Consulta da NF-e

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.1.3.4 Envio da NF-e à Receita Federal e à Secretaria de Fazenda do destino

Depois de ter sido recebida e armazenada pela Secretaria da Fazenda do Estado de origem, a NF-e será então enviada para SRF e SEFAZ de destino (no caso de operações interestaduais) através da rede de informações SINTEGRA.

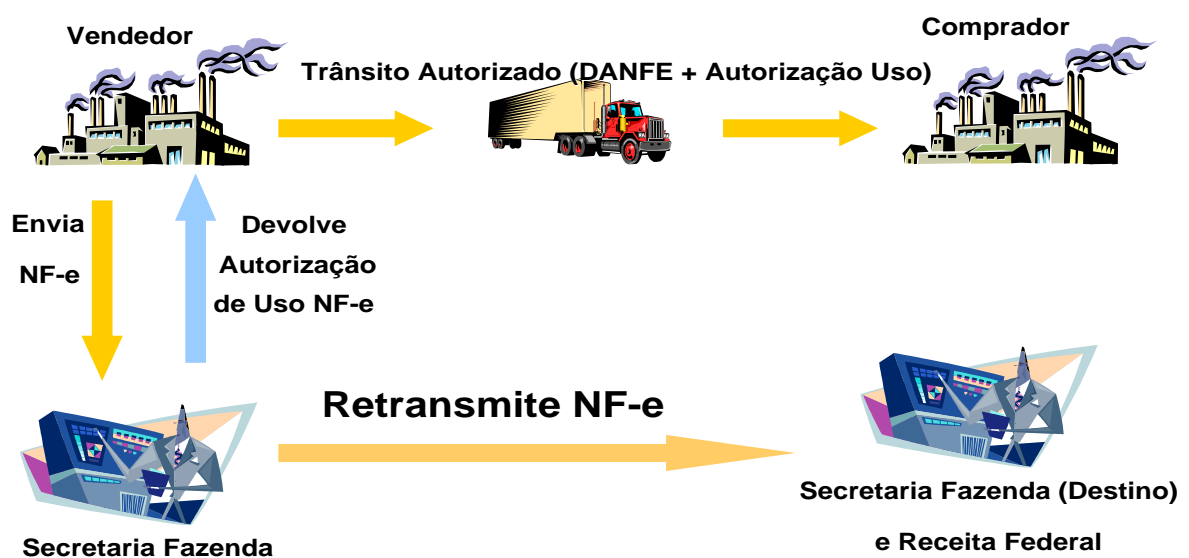


Figura 5 - Envio da NF-e à Receita Federal e à Secretaria de Fazenda do destino

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.1.3.5 Confirmação de recebimento da NF-e pelo destinatário

O contribuinte destinatário poderá realizar a confirmação, através da SEFAZ, de que recebeu as mercadorias que estão em uma NF-e, podendo ser realizada de duas formas distintas, uma através do site da SEFAZ, outra eletronicamente através de *web services*.

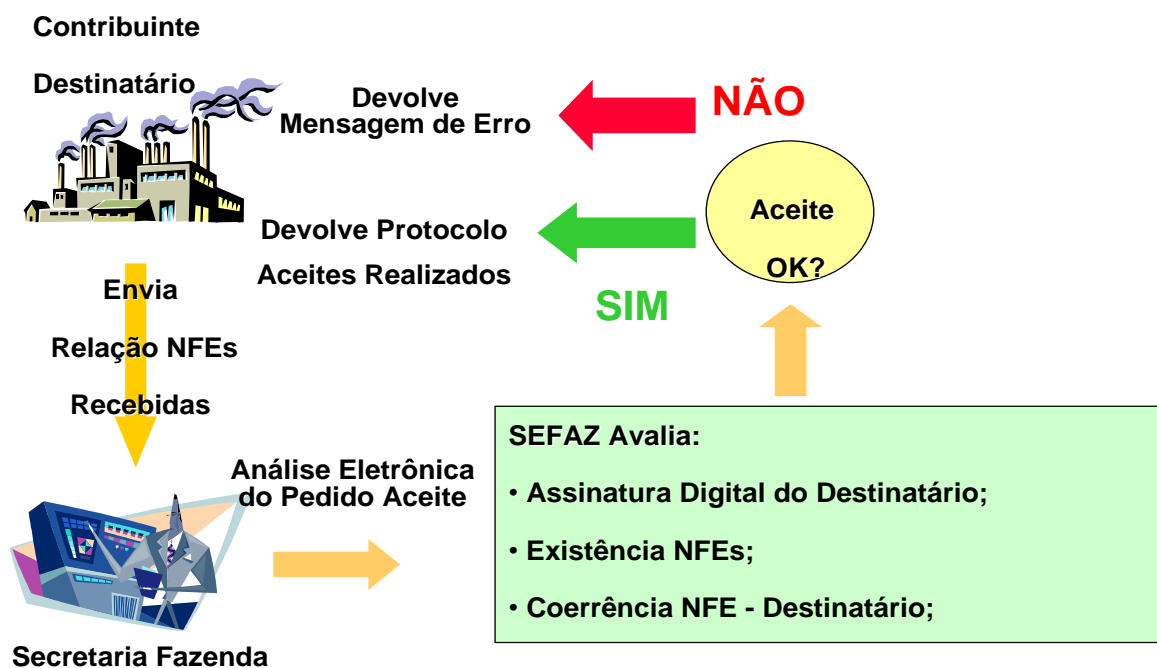


Figura 6 – Confirmação de recebimento da NF-e

Fonte: Secretaria da Receita Federal

4.2 O SPED e o impacto na área de serviços contábeis

O SPED é um sistema que proporciona uma boa forma de controle de tributos para o Fisco, tendo em vista a possibilidade de cruzamentos de dados de todos os tipos. Em funcionamento, a NF-e e o SPED contábil e Fiscal, dá ao Fisco várias informações das empresas, em vários níveis.

A criação do SPED pela Receita Federal e os convênios que vêm sendo firmados entre União, Estados, DF e Municípios, demonstram claramente a interligação digital completa de dados fiscais. A Fazenda terá um meio para o cruzamento de dados e autuação fiscal, sem precisar fazer qualquer visita à sede da empresa para checar livros fiscais. O SPED repercutirá de forma mais profunda para os contribuintes, envolvendo um impacto nas rotinas contábeis como Livro Diário, Livro Razão, Livro de Apuração de Lucro Real, declarações de recolhimento de contribuições, dentre outras, e também nas rotinas fiscais como livro de

entradas, saídas, de inventário, apuração de ICMS e IPI, guias de informação de apuração de ICMS. Assim as empresas que efetuam centenas ou milhares de operações diárias ou semanais, necessitarão implantar um sistema de certificação digital, além de planejar um sistema informatizado mais moderno, e assim com mais capacidade de armazenamento de dados, que é fundamental para geração de assinaturas eletrônicas em larga no caso de certificação de cada NF-e em sua emissão.

Segundo publicação na revista Fenacom em serviços, são evidentes alguns impactos nas empresas que já implantaram ou que participam do processo de implantação do SPED, as mesmas o descrevem como sendo um processo preocupante por vários motivos:

- investimentos iniciais significativos: para atendimento às novas exigências (escrituração contábil e fiscal digitais), se tornam necessários investimentos em aplicativos, softwares, capacidade de armazenamento de informações (servidores), alterações de processos, consultorias, demandando investimentos significativos;

- necessidade da disponibilização de recursos (grupo de trabalho): criação de grupo de trabalho para atuar exclusivamente na preparação e envio de informações fiscais digitais, na manutenção e atualização dos aplicativos utilizados para essa finalidade, bem como, na comunicação digital com o fisco, que vai demandar recursos treinados e especializados nessa função;

- volume de dados (tempo de processamento, validação e transmissão): preocupação na validação e transmissão de dados, em função do volume de informações;

- sigilo das informações: o sigilo de informações já é uma preocupação dos contribuintes, não sendo diferente no SPED, visto o envio de arquivos magnéticos de toda movimentação contábil analítica da empresa. Apesar do fisco Federal e Estadual possuir rotinas de segurança e penalidades a seus funcionários pela quebra de sigilo das informações, existem mesmo assim grandes preocupações, ou seja, uma eventual vazão de informações pode trazer grandes prejuízos para as companhias;

- controle de acesso: apesar do SPED registrar o *log* de todas as entidades que estarão acessando às informações e a SRF garantir esta segurança, sempre há preocupação quanto ao controle efetivo desses acessos.

Essas mudanças acarretam conseqüências para todo o processo de produção e utilização das informações. Com base nos arquivos eletrônicos, o Fisco irá cruzar informações, rastrear operações e usar estatística computacional para descobrir indícios de erros e fraudes. Por isso, precisão é fundamental.

Muitas empresas utilizam sistemas automatizados independentes para emitir notas fiscais, outro para controlar o estoque (entrada, saída e inventário de mercadorias), outro para controlar a movimentação financeira (contas a pagar e contas a receber) e por fim, um sistema de contabilidade. Se todos estes sistemas automatizados não são integrados, as informações deles poderão estar incorretas, o que irá gerar uma série de problemas quando o Fisco receber e cruzar os dados. Assim, ao analisar detalhes das informações da ECD, fica evidente que se tornará difícil para as empresas participar do SPED sem um sistema integrado de gestão (ERP).

Um lançamento contábil é a representação de uma operação que ocorreu na empresa, ou seja, venda, compra, pagamento, recebimento, produção, entre outros. A cada instante, várias operações são executadas, conseqüentemente, vários lançamentos contábeis são gerados pelo ERP para representar tais operações. Para que o processo de contabilização aconteça corretamente, o sistema integrado deverá ser configurado para atender ao ponto de vista da contabilidade, e para isso deverá ter pessoas capacitadas para fazer isso adequadamente.

Com a inclusão do SPED nos sistemas integrados de gestão, ou com a utilização de programas independentes, é possível verificar vários cenários diferentes na relação entre a empresa com o profissional contábil ou empresa de contabilidade que presta os serviços.

Ou seja, poderá não haver mudanças no relacionamento entre a empresa e contador. A empresa continua a executar suas transações e envia os documentos para que o contador realize a escrituração.

Após concluir o fechamento contábil, o contador gera, assina com seu certificado digital os arquivos da ECD (Escrituração Contábil Digital), utilizando um sistema próprio de seu escritório. Então a empresa recebe o arquivo assinado pelo contador, também assina e envia ao SPED.

Quando a escrituração contábil das transações é gerada pelo sistema de gestão da empresa, o escritório contábil, que presta os serviços, recebe arquivos eletrônicos com movimentos contábeis e realiza os ajustes e lançamentos para fechamento do processo. A partir do sistema contábil do escritório, gera a ECD, assina e envia para empresa assinar e transmitir à base do SPED.

No entanto se a escrituração contábil das transações é gerada pelo contador da própria empresa através do sistema de gestão da mesma (ERP), este acessa o ERP e realiza os lançamentos de ajuste e fechamento contábil. O ERP gera os arquivos da ECD para assinatura do contador e empresário. Assim a ECD pode ser enviada à base do SPED.

Contudo, se o sistema de gestão da empresa não gera lançamentos contábeis, mas o escritório contábil recebe os arquivos eletrônicos com as transações realizadas (movimentação financeira, estoques, etc.) que permitem a escrituração no sistema de contabilidade. Após a geração dos movimentos em seu sistema, o contador realiza os ajustes e lançamentos para fechamento do processo. Então, a partir do sistema contábil do escritório, gera a ECD, assina e envia para empresa assinar e transmitir à base do SPED.

O grande problema para as empresas que prestam serviços contábeis é quando não há fluxo único de informações. Esse fluxo único é possível, desde que os processos de transmissão de dados entre o ERP e o sistema do escritório contábil sejam bem estabelecidos e seguros.

Contudo se o sistema que gera os movimentos para subsidiar a criação de movimentos contábeis no escritório não for um ERP, há um enorme risco de falta de integridade de informações. Por exemplo, pode ocorrer venda sem estoque, caixa credor, etc.

Assim se torna evidente a necessidade de implantação de ERP's nas empresas gerando diretamente a ECD, ou integrados aos sistemas dos escritórios contábeis para que estes gerem a ECD.

5 CONCLUSÃO

Atualmente, os contribuintes estão obrigados a enviar necessariamente, os movimentos contábeis e fiscais para diversas autoridades fiscais, tais como Secretaria da Receita Federal, Secretarias da Fazenda Estaduais, entre outras. Desta forma, essas autoridades têm acesso a toda informação contábil, entrada de mercadorias e matérias primas, estoques, saída de produtos e informações sobre cada nota fiscal emitida e recebida pela empresa.

Podem assim analisar dados contábeis, financeiros, fiscais sobre qualquer tributo, verificar se este é ou não verdadeiro, e executar judicialmente o contribuinte se este prestar informação falsa, ou até mesmo sugerir o valor a ser recolhido pela empresa relativo a um ou mais imposto.

O Fisco cruzará as informações contábeis por lançamento analítico, ou seja, operação por operação, assim as empresas que fornecerem informações incoerentes ou equivocadas, correrão o risco de serem autuadas e terem um tributo muito além de sua capacidade de pagamento.

Assim, com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nas empresas, haverá necessidade de melhorar a qualidade das informações, a qual só será possível através da utilização de sistemas integrados e conseqüente automação completa das operações para posterior contabilização.

Entretanto, para que uma empresa tenha de maneira efetiva sua movimentação gerada através de um sistema integrado, é necessário que o contador tenha relevante participação na implantação desse sistema devendo participar desde os processos iniciais até o acompanhamento pós-implantação, além da posterior integração com os módulos do SPED.

Sendo toda a movimentação gerada por sistema automatizado, a escrituração contábil e fiscal tende a se reduzir, e da mesma forma o trabalho do contador, que poderá assumir novas responsabilidades dentro da empresa, assim com a auditoria contábil, a contabilidade fiscal e a contabilidade gerencial.

O profissional de contabilidade ao assumir o controle do sistema integrado de gestão necessariamente gerenciará o SPED, que estará integrado neste sistema, devendo para isso configurá-lo adequadamente ao ambiente de negócios da empresa. Deve ainda certificar-se que fornecerá ferramentas para construção de cenários, geração de indicadores de resultado, relatórios e gráficos para análise gerencial, contábil e fiscal. E também estabelecer procedimentos de auditoria para garantir a integridade das operações e dos dados.

Assim verifica-se a necessidade de um novo perfil de profissional de contabilidade onde são exigidas habilidades de análise, síntese, e relacionadas com a tecnologia da informação, as quais são imprescindíveis para obter resultados satisfatórios nos negócios da empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

BRASIL. Instrução Normativa nº 787, de 19 de novembro de 2007. Institui a Escrituração Contábil Digital. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Brasília, 24 ago. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 12 mar. 2007.

CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene Santana. Internet: Desafio para uma contabilidade interativa. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**. São Paulo, jan. 2001.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA -CONFAZ- Ajuste Sinief 07, 7 dez. 2005. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. **Diário Oficial da União**, 7 dez. 2005. Disponível em : <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/legislacao_ajuste_SINIEF_07.2005.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ENCONTRO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES TRIBUTÁRIOS. **Protocolo de Cooperação ENAT nº 02/2005**. São Paulo, 27 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Protocolos/2005/protocolo2.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAIDA, Fernando; MAIDA, Gilmara. **A era digital, a nova responsabilidade civil dos profissionais de ciências contábeis e sua interface com o direito tributário**, 21 mai. 2007. Disponível em : <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/34/47/3447/>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Benefícios da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/beneficios.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

MOURA, Iraildo José Lopes de; DIAS, Maria de Almeida; SILVA, Marcus Vinicius Peixoto. Inovações tecnológicas e seus benefícios para a contabilidade. **FABAC - Faculdade Baiana de Ciências**. Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/trabalhos/inovacoes.doc>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis**. Fundamentos e análise. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PASA, Eduardo César. O uso de documentos eletrônicos na contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**. São Paulo, jan. 2001.

Revista Fenacon em Serviços. Arquivos de papel na mira do GED. Edição n° 42, junho de 1999.

Revista Fenacon em Serviços. SPED reduzirá custos nas empresas. Edição n° 122, julho de 2007.

RICCIO, Edson Luiz. Aplicação do Enfoque Sistêmico à Contabilidade. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação**. São Paulo: USP, 1989.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil**: 1996. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL -SRF- Convênio ICMS 143, 15 dez. 2006. Institui a Escrituração Fiscal Digital. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/Downloads/Convenio_ICMS_143_2006.doc>. Acesso em: 4 mai. 2007.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL -SRF-. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/apresentacao.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL-SRF-. **Projeto Conceitual da Nota Fiscal Eletrônica**. 2006. Disponível em:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Projeto_Conceitual_Sistema_NFe_Versao_22_07_06.doc>. Acesso em 20 jan. 2007.

SILVA, Nivaldo Carvalho da. Contabilidade digital: as empresas e profissionais estão preparados? **Revista Contábil e Empresarial Fiscolegis**, 21 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=6857>>. Acesso em : 10 set. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Programa Validador e Assinador – Visualização do Livro Diário Geral

Livro Diário							
ESTABELECIMENTO							
CNP.J: 60.522.000/0001-83							
Período da Escrituração:	01/01/2006	a	31/01/2006	Período Selecionado:	01/01/2006	a	31/01/2006
Contabilista:	REPRESANTANTE CONTADOR			CRC:	13P10734108-SP		
Data	Número da Conta	Nome da Conta	Centro de Custo	Histórico	Nº Lançamento	Valor Lançamento (Atualizado)	DVC
02/01/2006	2328.2.0001	ESTOQUES - MATERIA-PRIMA		COMPRA DE INSUMOS - NF. No. COMPRA DE INSUMOS - NF No. 1001	101	5.000,00	D
02/01/2006	2328.5.0001	FORNECEDORES - NACIONAIS		COMPRA DE INSUMOS - NF. No. COMPRA DE INSUMOS - NF No. 1001	101	5.000,00	C
03/01/2006	2328.2.0002	ESTOQUES - MAT. INTERMEDIARIOS		COMPRA DE INSUMOS - NF. No. COMPRA DE INSUMOS - NF No. 999	102	5.000,00	D
03/01/2006	2328.5.0002	FORNECEDORES - EXTERIOR		COMPRA DE INSUMOS - NF. No. COMPRA DE INSUMOS - NF No. 999	102	5.000,00	C
05/01/2006	2328.3.0001	CLENTES - NACIONAIS		VENHA PRODUTOS - DIV. A	103	75.000,00	D
05/01/2006	2328.8.0001	RECEITA DE VENDAS - PRODUCAO PROPRIA		VENHA PRODUTOS - DIV. A	103	75.000,00	C
05/01/2006	2328.3.0002	CLENTES - EXTERIOR		REVENDA - DIV. B	104	75.000,00	D
05/01/2006	2328.8.0002	RECEITA DE EXPORTACAO		REVENDA - DIV. B	104	75.000,00	C
10/01/2006	2328.4.0001	EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALACOES		COMPRA EQUIPTO.	109	25.000,00	D
10/01/2006	2328.5.0002	FORNECEDORES - EXTERIOR		COMPRA EQUIPTO.	109	25.000,00	C
11/01/2006	2328.4.0001	EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALACOES		COMPRA EQUIPTO.	110	25.000,00	D
11/01/2006	2328.5.0002	FORNECEDORES - EXTERIOR		COMPRA EQUIPTO.	110	25.000,00	C
20/01/2006	2328.5.0001	FORNECEDORES - NACIONAIS		PAGAMENTO A FORNECEDORES PAGAMENTO A FORNECEDORES	105	5.000,00	D
20/01/2006	2328.12.0001	JUROS PAGOS A FORNECEDORES		JUROS A FORNECEDORES	105	50,00	D
20/01/2006	2328.1.0001	BANCOS		PAGAMENTO A FORNECEDORES PAGAMENTO A FORNECEDORES	105	5.050,00	C
20/01/2006	2328.3.0001	CLENTES - NACIONAIS		VENHA A CLIENTES VENHA A CLIENTES	111	60.000,00	D
20/01/2006	2328.9.0001	ICMS		ICMS A RECEBER VENDAS	111	5.000,00	D
20/01/2006	2328.8.0001	RECEITA DE VENDAS - PRODUCAO PROPRIA		VENHA A CLIENTES VENHA A CLIENTES	111	65.000,00	C
23/01/2006	2328.1.0001	BANCOS		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	116	1.000,00	D
23/01/2006	2328.11.0002	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	DC2328-002	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	116	1.000,00	C
25/01/2006	2328.1.0001	BANCOS		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	115	999,99	D
25/01/2006	2328.11.0002	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	DC2328-001	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	115	999,99	C
27/01/2006	2328.12.0002.CC.2328-001	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	DC2328-001	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	117	50,00	D
27/01/2006	2328.1.0001	BANCOS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	117	50,00	C

ANEXO B – Programa Validador e Assinador – Visualização do Livro Razão

Livro Razão

Entidade: ESTABELECIMENTO TESTE A - OS 2326 CNPJ: 60.522.000/0001-83
 Período da Escrituração: 01/01/2006 a 31/01/2006 Período Selecionado: 01/01/2006 a 31/01/2006
 Contabilista: REPRESENTANTE CONTADOR CRC: 1SP10734108-SP
 Conta Selecionada: 2326.1.0001 - BANCOS

Date	Histórico	Nº Lançamento	Débito	Crédito	Saldo do Dia	D/C
				Saldo Inicial ->	500.000,00	D
20/01/2006	PAGAMENTO A FORNECEDORES PAGAMENTO A FORNECEDORES	105			494.950,00	D
23/01/2006	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	116	1.000,00		495.950,00	D
23/01/2006	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	115	999,99		496.949,99	D
27/01/2006	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	117		50,00		D
27/01/2006	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	118		50.000,00	446.899,99	D
28/01/2006	RECEBIMENTO DE CLIENTES RECEBIMENTO DE CLIENTES	108	75.025,00			D
28/01/2006	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	119		50,00		D
28/01/2006	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	120		50.000,00	471.871,99	D
30/01/2006	RECEBIMENTO DE CLIENTES RECEBIMENTO DE CLIENTES	107	75.025,00			D
31/01/2006	PAGAMENTO A FORNECEDORES PAGAMENTO A FORNECEDORES	106		5.000,00		D
31/01/2006	OUTRAS RECEITAS - ADM.	121		10,00		D
31/01/2006	BANCOS	124		15,00	541.844,99	D

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 2.0.08 do Visualizador

Registro 1 a 1:

